



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

204

Sétima Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 172369-5/02- Recife ✓

Agravantes: Heleno Ferreira de Lima e outros

Agravados: Município de Caruaru e outros

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA MONOCRÁTICA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. ACÓRDÃO EMBARGADO DATADO DE MAIS DE UM ANO ANTERIOR À OPOSIÇÃO DO RECURSO. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

- 5708
- a) São intempestivos os embargos de declaração opostos posteriormente ao decurso do prazo de cinco dias, contados da intimação;
 - b) No caso em apreço, entre a publicação do acórdão embargado e a oposição dos aclaratórios, decorreram um ano e três meses, pouco importando que, no decisório, tenha-se determinado a remessa do feito à Corte Especial para apreciação de arguição de inconstitucionalidade, pois, já à época do julgamento do apelo embargado, a decisão era recorrível;
 - c) Ademais, ainda que, por epítrope, admitíssemos a tese dos agravantes de que o julgado só estaria perfeito após a decisão do incidente de inconstitucionalidade, o acórdão relativo a esta foi publicado em 10 de novembro de 2009, enquanto os aclaratórios foram opostos apenas em 04 de janeiro último;
 - d) Recurso de Agravo conhecido e desprovido, em decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 172369-5/02, da Capital, em que figuram, como agravantes, **Heleno Ferreira de Lima e outros**, e, como agravados, **Município de Caruaru e outros**,



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

205

(11)

Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **negar provimento ao Agravo Legal**, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 18 de Maio de 2010.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

206

(11)

Sétima Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 172369-5/02- Recife ✓

Agravantes: Heleno Ferreira de Lima e outros

Agravados: Município de Caruaru e outros

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Agravo interposto por **Heleno Ferreira de Lima e outros**, combatendo decisão terminativa monocrática proferida por esta relatoria, pela qual se negara seguimento aos Embargos de Declaração nº 172369-5/01, opostos em face do acórdão decisório da Apelação nº 172369-5, por intempestividade.

A empresa Viações Tabosa Ltda., juntamente com outras prestadoras de serviço público de transporte de passageiros do Município de Caruaru, ajuizou o supracitado *writ*, visando a cassar os normativos municipais instituidores de gratuidade das tarifas de transporte público, existentes em prol de idosos (artigo 1º da Lei nº 4.359/2004), deficientes físicos (arts. 1º e 2º da Lei nº 4.358/2004), fiscais e servidores de órgãos do Município que executam trabalhos externos (inciso I da Resolução nº 01/1996, da URB/Caruaru) e desconto de 50% aos servidores públicos municipais (art. 1º da Lei nº 3.066/1987).

Tal insurgência se deve à pretensa violação, pelos aludidos atos, de preceitos de dignidade constitucional – princípios da legalidade, proteção ao ato jurídico perfeito, à propriedade privada e livre iniciativa, separação de poderes, etc. – e de Direito Administrativo, como a preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

O juízo *a quo*, contudo, considerando tratar-se de impugnação contra ato administrativo único e contra leis de efeitos concretos, todos revestidos de efeitos permanentes, reconheceu o decurso do prazo decadencial da pretensão mandamental (120 dias), pelo que extinguiu, sem apreciação meritória, o *mandamus* em questão.

Da sentença, houve recurso de Apelação, provido por esta Sétima Câmara Cível, para afastar a decadência e, no mérito, acatar a arguição de inconstitucionalidade das normas municipais, remetendo o feito à Corte Especial, para exercício do controle de constitucionalidade. Contra o julgamento do apelo, os agravantes opuseram os Embargos de Declaração mencionados acima, aos quais negamos seguimento, por intempestividade, haja vista que a oposição recursal se dera em 04 de janeiro último, enquanto a publicação do



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

207
(11)

acórdão embargado ocorrera em 1º de outubro de 2008, um ano e três meses antes.

Contra nossa decisão terminativa monocrática, agravam, agora, os então embargantes, alegando que a publicação não estava perfeita, posto que, tendo-se decidido pela remessa dos autos à Corte Especial para análise da inconstitucionalidade, o prazo recursal só se iniciaria com o julgamento do incidente.

Relatado o que me pareceu pertinente, trago o feito para a apreciação deste colegiado.

Recife, 18 de Maio de 2010.


Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

208
(11)

Sétima Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 172369-5/02- Recife

Agravantes: Heleno Ferreira de Lima e outros

Agravados: Município de Caruaru e outros

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO

Como já mencionamos, em nosso relatório, entre a publicação do acórdão decisório do apelo de nº 172369-5 (outubro de 2008) e a oposição dos Embargos de Declaração nº 172369-5/01, preordenados a integrar aquele julgado, mediou um imenso período - um ano e três meses -, razão pela qual decidimos, monocraticamente, pela negativa de seguimento ao feito, inadmissível que era, em decorrência de sua intempestividade.

Contra a declaração da intempestividade que fundamentou a extinção prematura dos aclaratórios, os agravantes aduzem que o acórdão embargado não estava, ainda, perfeito na data de sua publicação, pois, ali, decidira-se por submeter o controle de constitucionalidade da legislação caruaruense ao crivo da Corte Especial, em observância à reserva de Plenário.

Apegando-se a essa tese, os recorrentes preconizam que, somente em novembro de 2009, data da publicação do acórdão do julgamento de inconstitucionalidade, o prazo recursal, finalmente, teria começado a fluir. Tal arguição, todavia, não merece guarida, como passaremos a demonstrar.

Para que a argumentação recursal tivesse sustentação, seria imperioso que o julgamento da arguição de inconstitucionalidade, pela Corte Especial, tivesse função substitutiva ou, ao menos, integrativa do acórdão decisório da Apelação, isto é, caso o incidente de inconstitucionalidade fizesse as vezes de recurso, para ser preciso.

Ora, a decisão do apelo é autônoma e, desde sua publicação, vigente, apta, a partir daquele momento, a intervir na relação jurídica entre as partes, independentemente do julgamento do incidente pela Corte Especial. Aliás, o próprio dispositivo do acórdão que determinou a remessa dos autos àquele órgão poderia, *per si*, ser contestado pela via de recurso, com vistas a tentar rechaçar o acatamento da arguição, que redundou na remessa ao fracionário especial.

Ademais, apenas *ad argumentandum tantum*, ainda que tivesse sustentação a tese desenvolvida pelos agravantes, nem assim, estariam tempestivos os aclaratórios: consta dos autos que o acórdão exarado pela Corte Especial, julgando o incidente de inconstitucionalidade, já fora publicado desde



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

10 de novembro de 2009, conforme atesta certidão acostada à fl. 718 dos autos originários pela Divisão de Jurisprudência e Publicação, praticamente, dois meses antes da oposição dos embargos declaratórios, que apenas se deu em 04 de janeiro último.

Destarte, patenteada a intempestividade dos aclaratórios supracitados, neguei-lhe seguimento e, pela mesma razão, **voto pelo desprovemento do agravo em apreço**, a fim de manter a decisão ora impugnada.

É como voto.


Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator.